



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 008/2021

1. QUADRO RESUMO

1.01 Título e Objetivo Geral:	Credenciamento de entidades privadas com e sem fins lucrativos, para prestação de serviço especializado de TOMOGRAFIA POR EMISSÃO DE PÓSITRONS (PET-CT) para pacientes assistidos na Região Central/Norte de Saúde do Estado do Espírito Santo.
1.02 Delimitação do Objeto a ser licitado:	Credenciamento de Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde do Estado do Espírito Santo, na realização de exames de Tomografia por emissão de pósitrons (PET-CT) , em pacientes assistidos pela Superintendência Regional de Saúde de Colatina da Região Central-Norte de Saúde, conforme descrito no Anexo I deste termo.
1.03 Modalidade de Licitação e Base Legal:	Credenciamento/Contratação, conforme Lei nº 8.666/93, Lei 8.080/90, Lei Estadual 9.090/2008 e Lei Complementar 907/2019.
1.04 Estimativa de Custo Global (inciso II, § 2º, art. 40, Lei 8.666/93):	R\$ 126.433,20 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte centavos). Valor Unitário Tabela SUS R\$ 2.107,22.
1.05 Prazo estipulado de vigência contratual:	O prazo de vigência contratual terá duração enquanto vigor o Edital de Credenciamento.
1.06 Informação Orçamentária:	Programa de Trabalho: 20.44.901.10.302.0047.2185 Elemento de Despesa: 3.3.90.39 Fonte: 104/155/304/335
1.07 Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização:	Superintendência Regional de Saúde Central / Núcleo de Regulação e Acesso
1.08 Equipe responsável pela elaboração do termo de referência:	Nome: Liliane Mery Marim Cazelli Simonassi Matrícula: 4082338 Função: Chefe do Núcleo de Regulação e Acesso/SRSC Setor: Núcleo de Regulação e Acesso/SRSC Unidade: Superintendência Regional de Saúde de Colatina Telefone Setor: 3717 2551 Cargo: Chefe do Núcleo de Regulação e Acesso Email: lilianesimonassi@saude.es.gov.br Nome: Bruna Tozê Goronci Matrícula: 3459489 Função: Enfermeira Setor: Núcleo de Regulação e Acesso/SRSC



Unidade: Superintendência Regional de Saúde de Colatina
Telefone Setor: 3717-2532
Cargo: Enfermeira / NRA
Email: btgoronci@gmail.com

1.09 Versão e data do Termo de Referência:	Versão 01 de 08 de junho de 2021.
1.10 Data prevista para implantação:	Julho de 2021

1.11 Fiscalização:

O fiscal de contrato estará vinculado à Superintendência Regional de Saúde de Colatina e será designado pelo gestor quando da formalização do contrato.

1. DO OBJETO

Visa o presente Termo de Referência detalhar os elementos necessários ao Credenciamento de Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Estado do Espírito Santo, na realização do exame TOMOGRAFIA POR EMISSÃO DE PÓSITRONS (PET-CT) em pacientes assistidos pela Regional Central de Saúde, conforme descrito no Anexo I deste termo.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET-CT) é descrito pelo SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS como:

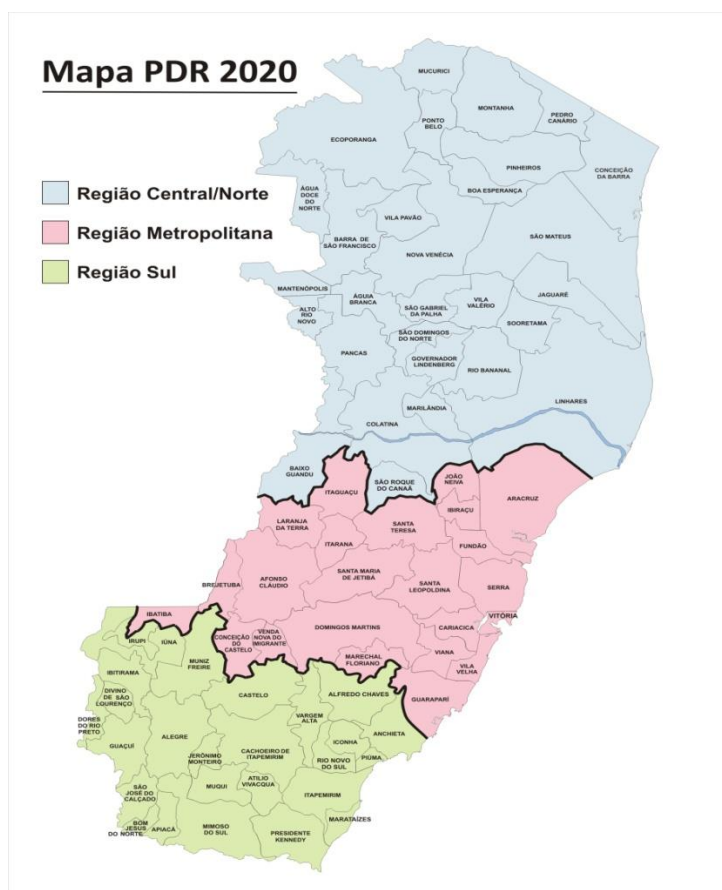
Técnica de Diagnóstico por imagens que usa marcadores radioativos para detectar processos bioquímicos tissulares, em combinação com a tomografia computadorizada, e que registra simultaneamente as imagens anatômicas e de atividade tissular em um único exame. Deve ser autorizada, conforme os critérios estabelecidos pelo ministério da saúde, para o estadiamento clínico do câncer de pulmão de células não pequenas potencialmente ressecável; para detecção de metástase (s) exclusivamente hepática (s) e potencialmente ressecável (eis) de câncer colorretal; e para estadiamento e avaliação da resposta ao tratamento de linfomas de Hodgkin e não Hodgkin.

O Estado do Espírito Santo, conta com 78 municípios e com uma população de 3.973.697 habitantes. Historicamente toda atenção ambulatorial especializada ofertada a essa população sempre foi contratada e financiada pela Secretaria Estadual de Saúde (SESA - ES). Nos últimos anos por questões relacionadas a dificuldades na contratação de médicos especialistas, aumento da demanda por consultas especializadas decorrentes do enfraquecimento da Atenção Primária à Saúde e outros, vivemos uma realidade de déficit dessa assistência criando uma



grande demanda ainda reprimida em nossos sistemas que precisa ser exaurida como condição para a retomada da normalidade a partir do aumento da oferta de forma contínua.

O novo Plano Diretor de Regionalização (PDR), através da Resolução CIB 153/2020, publicado em 18 de dezembro de 2020, aprovou os limites regionais instituindo no Território do Estado do Espírito Santo – ES 03 (três) Regiões de Saúde: Região Central/Norte, Região metropolitana e Região Sul, conforme mapa abaixo:



Entretanto, embora a Região Central e Região Norte tenham sido agrupadas, a Resolução CIR Região Central 027/2020 pactuou a manutenção das Superintendências Regionais de Saúde de Colatina e São Mateus, dessa forma administrativamente esta Superintendência Regional de Saúde integra 15 municípios, a saber: Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Linhares, Mantenópolis, Marilândia, Pancas, Rio Bananal, São Roque do Canaã, São Gabriel da Palha, São Domingos do Norte, Sooretama e Vila Valério. Totalizando uma população de 537.120 habitantes (IBGE 2020).

A oferta proposta neste termo vai ao encontro de outras estratégias/medidas estruturantes que estão sendo adotadas pelo Estado para enfrentar os problemas com os quais nos deparamos nesse momento, dentre elas podemos destacar: Redução ao absenteísmo, implantação da Regulação Formativa (Programa que entre outras vantagens atua fortemente na redução dos encaminhamentos desnecessários) e fortalecimento e qualificação da Atenção



Primária à Saúde (outro Programa Estadual que com a parceria dos municípios visa tornar a Atenção Básica mais resolutiva e com isso menos demandadora da Atenção Especializada).

A Superintendência Regional de Saúde de Colatina atualmente oferta um quantitativo anual de 81 exames de Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET-CT). Face a demanda dos municípios atendidos por esta Regional, o quantitativo atual apresentado mostra-se acima do necessário, de acordo com levantamento dos exames realizados nos últimos 2 (dois) anos. Dessa forma, é proposto uma readequação do quantitativo anual a ser contratualizado. É importante ressaltar sobre a orientação da SESA, considerando o OFÍCIO/SESA/SSERCAS/GECORC Nº 125/2020 no qual informa sobre a necessidade de reavaliação dos editais de credenciamento, e descentralização desses editais para cada Regional de Saúde.

Por todo o exposto, resta comprovada a necessidade da efetiva contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência, com vistas a uma oferta adequada de serviços para complementar à oferta atual na rede pública e filantrópica, possibilitando maior agilidade ao atendimento das demandas cadastradas no sistema de regulação, assim como estabelecimento de prazos para atendimento da fila de espera, de acordo com a classificação de risco.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E NECESSIDADE

3.1 O Serviço consiste na realização de exame de Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET-CT).

Em conformidade com a demanda atual para atendimento aos municípios da Região Central de Saúde, deverá ser credenciado o quantitativo abaixo descrito:

COD SIGTAP	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO TABELA SUS	QUANTITATIVO MÁXIMO ANUAL	VALOR TOTAL R\$
02.06.01.009-5	TOMOGRAFIA POR EMISSÃO DE PÓSITRONS (PET-CT)	2.107,22	60	126.433,20

Segue Tabela discriminando os municípios que compõem a Região administrativa Central da Região Central-Norte de saúde, bem como suas respectivas populações (IBGE 2020):

REGIÃO CENTRAL	537.120
Águia Branca	9.631
Alto Rio Novo	7.874
Baixo Guandu	31.132
Colatina	123.400
Governador Lindenberg	12.880
Linhares	176.688



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

Mantenópolis	15.503
Marilândia	12.963
Pancas	23.306
Rio Bananal	19.271
São Domingos do Norte	8.687
São Gabriel da Palha	38.522
São Roque do Canaã	12.510
Sooretama	30.680
Vila Valério	14.073

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1** Possuir cadastro atualizado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), com o profissional executante do serviço devidamente cadastrado e o CBO compatível com a especialidade credenciada.
- 4.2** Alvará Sanitário, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.
- 4.3** Comprovação de registro da proponente no Conselho Regional de Medicina (art. 30, I Lei 8.666/93).
- 4.4** Registro e Classificação do Serviço prestado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.
- 4.5** Comprovação de que a proponente prestou, sem restrição, serviço igual ou semelhante ao indicado no presente Termo. A comprovação será feita por meio de apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado, emitido por pessoa física ou jurídica, tomadora do serviço, compatível com o objeto deste credenciamento.
- 4.6** Comprovar a especialização Lato Sensu, junto ao órgão autorizado pelo Ministério da Educação, nas ocupações/especialidades definidas no Código Brasileiro de Ocupação – CBO/Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS - SIGTAP (Tabela SUS), para a execução do objeto credenciado/contratado.

5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

- 5.1** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei, já exigíveis, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente (com firma reconhecida em cartório), contendo termo de abertura, encerramento e registro no órgão competente, extraídos do livro diário, comprovando a boa situação



financeira da participante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados há mais de 03 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

5.1.1 Para Sociedade Anônima e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação de:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração dos fluxos de caixa. A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à apresentação da demonstração dos fluxos de caixa;
- Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido ou a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- Notas explicativas do balanço.

5.1.2 Para outras empresas:

- Balanço patrimonial registrado no órgão competente;
- Demonstração do resultado do exercício.
- Cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

5.2 Somente serão habilitados os participantes que apresentarem no Balanço Patrimonial, os seguintes índices: Índice de Liquidez Geral - ILG, Índice de Solvência Geral - ISG e Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou maior que 1,00 (um);

5.2.1 As fórmulas para o cálculo dos índices referidos acima são os seguintes:

i) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$$

Onde:

ILG - Índice de Liquidez Geral;

AC - Ativo Circulante;

RLP - Realizável a Longo Prazo;

PC - Passivo Circulante;



PNC – Passivo Não Circulante*;

ii) Índice de Solvência Geral:

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PNC}}$$

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral;

AT – Ativo Total;

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante*;

iii) Índice de Liquidez Corrente:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente;

AC – Ativo Circulante;

PC – Passivo Circulante;

5.3 Os credenciados que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos acima, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666/93, ou prestar garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, na forma do § 1º do art. 56 do mesmo diploma legal, para fins de habilitação;

5.3.1 A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado para contratação, considerado o valor estimado para o período de 12 meses, conforme determina a Lei 8.666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais.

5.4 Certidões Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

*Equivalente ao Exigível a Longo Prazo – ELP (art. 180 da Lei Federal nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.941/2009).



5.4.1 No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura do credenciamento.

5.4.2 Caso o credenciado se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser cumprida, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação, constante neste edital.

Parágrafo primeiro. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da credenciada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

Parágrafo segundo. A comprovação dos índices referidos na alínea "6.2", bem como do patrimônio líquido aludido na alínea "6.3", deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados na alínea "6.1" deste item, constituído obrigação exclusiva do participante a apresentação dos cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

6. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.

6.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

6.3 Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício.

6.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

7. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

7.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado) e Municipal da sede da licitante, e Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS).

7.3 Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União.

7.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.



7.5 Alvará de Localização Municipal.

7.6 Certificado Cadastral - CRC emitido junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA.

7.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.8 Certidão de Regularidade no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - SIGEFES.

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da Credenciada, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I - A credenciada deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a credenciada poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a credenciada terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela credenciada a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.



8. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 8.1** Fiscalizar a execução do contrato mediante procedimentos de supervisão indireta ou in loco, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste termo e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.
- 8.2** Providenciar a publicação do instrumento contratual.
- 8.3** Garantir o pagamento destinado à cobertura dos serviços executados desde que autorizados.

9. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 9.1** Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário.
- 9.2** Manter sempre a qualidade na prestação de serviço executado.
- 9.3** Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes.
- 9.4** Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente.
- 9.5** Assegurar ao paciente o acesso a seu prontuário.
- 9.6** Esclarecer aos pacientes e familiares/responsáveis sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.
- 9.7** Facilitar a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE designados para tal fim, de acordo com os artigos 15, incisos I e XI e artigo 17, incisos II e XI da Lei Federal 8.080/90.
- 9.8** Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos profissionais necessários para execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos à CONTRATANTE e/ou MINISTÉRIO DA SAÚDE.
- 9.9** Justificar a CONTRATANTE ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste Termo de Referência;
- 9.10** Informar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, todos os dados sobre quantitativo de procedimentos realizados;
- 9.11** Prestar os serviços, objeto deste credenciamento, respeitando os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, de garantia e facilitação do acesso descentralizado aos usuários do SUS, com base nos princípios de regionalização e acessibilidade.
- 9.12** Comprovar os registros dos profissionais de saúde que executarão o serviço contratado, junto aos conselhos de fiscalização profissional competente (CRM e afins).



9.13 Manter o quadro de trabalhadores atualizado no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES), bem como os demais itens da estrutura.

9.14 Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

9.15 Executar o serviço contratado, sendo vedada a transferência de responsabilidade, titularidade, ou cessão total ou parcial da atividade.

9.16 A Contratada deverá possuir todos os mecanismos de suporte técnico assistencial aos pacientes que apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas a realização do procedimento.

10. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A prestação dos serviços, objeto deste contrato compreende a execução de procedimentos na área de Assistência Ambulatorial Especializada para pacientes/usuários do SUS, conforme descrito neste Termo.

10.2 Na execução dos serviços objeto do credenciamento, os usuários do SUS deverão ser referenciados pelo Núcleo de Regulação e Acesso da Superintendência Regional de Saúde de Colatina. Havendo alterações no modelo de regulação utilizado, os fluxos e rotinas serão normatizados por essa Superintendência Regional de Saúde e sua operacionalização estabelecida e informada aos serviços credenciados.

10.3 Os exames deverão ocorrer dentro de horário comercial, de segunda a sexta feira, uma vez que o transporte sanitário municipal é responsável pelo deslocamento do paciente até o local da prestação do serviço. Ressaltamos que este é o único meio do retorno do paciente a sua residência, haja vista que a maioria dos municípios que compõem a Superintendência Regional de Saúde não possui transporte urbano e rural dentro do próprio Município.

10.4 Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob forma de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II; "b" da Lei no 8.666/93 e assim como na Lei Estadual 9.090/2008.

10.5 Os exames/procedimentos deverão ser realizados conforme critérios estabelecidos pela Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear

10.6 Os laudos emitidos deverão ser elaborados por profissional médico especialista Medicina Nuclear, devidamente registrado pelo órgão competente.

10.7 Disponibilizar o resultado do exame/procedimento, salvo exceções de dificuldades técnicas devidamente comprovadas, no mesmo dia de realização ou em até 3 (três) dias úteis.

11. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

11.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo exame realizado, o preço de tabela SUS conforme discriminado no item 3 e 3.1 e também considerando a Portaria GM/MS nº 2.848 de 06 de novembro de 2007 que estabelece os procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do Sistema Único de Saúde.

Dessa forma, indica-se a compra de 60 (sessenta exames), totalizando um gasto de R\$ 126.433,20 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte centavos).

Os preços estipulados são fixos e irrevogáveis, exceto quando houver alterações da Tabela elaborada pelo Ministério da Saúde – SUS que importem em alterações do aporte de recursos financeiros da União em favor do Estado, especificamente para este fim.

Os valores definidos no credenciamento não sofrerão qualquer acréscimo ou redução referente ao custeio das instalações próprias do SUS ou das entidades credenciadas.

12. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

A Superintendência Regional de Saúde de Colatina – SRSC pagará ao CREDENCIADO pelo serviço efetivamente prestado no período de referência, sendo vedada a antecipação, na forma abaixo:

12.1 Caberá a Credenciada até o 20º dia do mês de realização dos exames, comunicar por escrito a Superintendência Regional de Saúde de Colatina – SRSC tal fato, mediante a apresentação dos documentos listados abaixo, devendo a Administração receber o objeto na forma do presente contrato.

- Boletim de Produção Ambulatorial Individual (BPAI) original;
- Autorização do Sistema Informatizado de Regulação Ambulatorial;
- Laudo dos exames realizados;
- Relação dos pacientes atendidos com quantidade e descrição de cada procedimento realizado;
- Cópia do cartão nacional do SUS;
- Cópia da documentação de identidade;
- Cópia de comprovante de residência.

12.2 Após aprovação da documentação apresentada conforme item **12.1**, o CREDENCIADO deverá apresentar a fatura/Nota Fiscal, em no máximo 02 (dois) dias úteis, juntamente com as Certidões Negativas elencadas no item 1.2 do Anexo II ao presente Edital.

12.3 A fatura/nota fiscal será paga até o 10º (décimo) dia útil após a sua apresentação. Após essa data será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times 12/100 \times ND/360$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

12.4 - Incumbirão à Credenciada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devido, a ser revisto e aprovado pela Superintendência Regional de Saúde de Colatina – SRSC, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial de cálculo da fatura.

12.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Credenciada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Superintendência Regional de Saúde de Colatina – SRSC.

12.6 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 (Código Financeiro).

12.7 - Os atendimentos realizados de acordo com a produção aprovada e BPAI (quando houver) serão enviados ao setor de faturamento da Superintendência Regional de Saúde de Colatina – SRSC, para prosseguir com a rotina de faturamento nos sistemas de informações pertinentes.

13. DO PRAZO DA VIGÊNCIA

13.1 O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e terá duração enquanto viger o edital de credenciamento.

13.2 Após publicação do Resumo do Contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, a Contratada terá 10 (dez) dias corridos para início da execução dos serviços.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O não cumprimento de quaisquer das obrigações da CONTRATADA ou inexecução total ou parcial do objeto contratado sujeitará o CREDENCIADO à aplicação de multa de mora.

14.1.1 A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Credenciamento e aplique as outras sanções previstas no item 14.2 deste Edital e na Lei Federal nº. 8.666/93.

14.2 A inexecução total ou parcial do ajuste ensejará a aplicação das seguintes sanções ao CREDENCIADO:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Nacional, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF.

14.3 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a SRSC deverá notificar o CREDENCIADO, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;



- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do CREDENCIADO reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O CREDENCIADO comunicará a SRSC as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo de credenciamento e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a SRSC proferirá decisão fundamentada e adotarão as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do CREDENCIADO, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere à alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

14.4 Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao CREDENCIADO, relativos às parcelas efetivamente executadas sobre o serviço CREDENCIADO.

14.5 Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do ajuste, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pelo CREDENCIADO.

15.DO DESCREDENCIAMENTO E DA REVOGAÇÃO

15.1 O descumprimento de quaisquer condições previstas no Edital de Credenciamento, na Lei Federal nº. 8.666/93 Lei Federal 8.080/1990, Lei Estadual 9.090/2008, Lei Complementar Estadual 907/2019 e demais legislações vigentes, ensejará o descredenciamento da instituição e, conseqüentemente, a rescisão do contrato.

15.1.1 Naquilo que couber, serão adotados para o descredenciamento os mesmos procedimentos utilizados para a rescisão do Contrato.

15.1.2 Ocorrendo o descredenciamento o interessado somente poderá solicitar novo credenciamento após 06 (seis) meses, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



15.2A entidade poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada a SRSC – Superintendência Regional de Saúde de Colatina, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

15.3 A Superintendência Regional de Saúde de Colatina poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor dos Credenciados, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

16.DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A Superintendência Regional de Saúde de Colatina, na pessoa do Ordenador de Despesa, designará formalmente o servidor e/ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e monitoramento da execução do objeto deste credenciamento.

16.2 O servidor/comissão responsável pela fiscalização dos serviços deverá atestar a prestação dos mesmos, dando o “ateste” na Nota Fiscal até o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a sua entrega no Núcleo de Regulação e Acesso da Superintendência Regional de Saúde de Colatina.

16.3 O servidor/comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na execução dos serviços, tendo a Contratada o prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para se manifestar e/ou apresentar as correções necessárias ao recebimento do objeto, podendo o prazo ser prorrogado à critério da Administração.

16.4 Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução do contrato, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas, ficando a **Contratada** obrigada a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

16.5 Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a **Contratada** será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente ao serviço realizado.

16.6 A CONTRATADA deverá manter acesso permanentemente livre às dependências onde estiver instalada, bem como seus arquivos e controle referente à execução do contrato, para os servidores responsáveis pela fiscalização e qualquer outro representante do Estado.

16.7 Ocorrendo o descumprimento de quaisquer dos aspectos previstos no item 9 ou das obrigações e vedações constantes do Anexo I, a CONTRATADA será notificada para adequação no prazo determinado pela SRSC.

16.8 Nos casos em que a CONTRATADA deixar de realizar as adequações no prazo estipulado e que tais adequações interfiram na segurança do paciente ou de seu acolhimento e cuidado, bem como no descumprimento de normas relativas à violação de direitos humanos, os novos encaminhamentos poderão ser suspensos cautelarmente mediante justificativa, até que se proceda a sua correção.



16.9 A notificação da contratada e a suspensão do envio de novos pacientes não dispensam a abertura de processo administrativo e a aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/93.

17. DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS

17.1. A **Contratada** deverá atender as especificações do objeto respeitando os limites de faixa etária.

17.2. Todos os insumos, equipamentos e recursos humanos necessários para a realização dos serviços serão de responsabilidade da **Contratada** excetuados os casos, em que por conveniência da administração, for mais proveitoso para o interesse público a realização dentro de instalação própria do poder público, nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 907, de 26 de abril de 2019.

17.3. A **Contratada** deverá passar por uma capacitação junto à equipe do núcleo de regulação e acesso da Superintendência Regional de Saúde de Colatina, para apresentação da plataforma de regulação vigente e demais orientações que embasarão o trabalho do prestador.

17.4. A **Contratada** deverá responsabilizar-se pela organização das agendas, de acordo com seus Planos Operativos ou os respectivos contratos, sendo necessária autorização do(a) Chefe do Núcleo de Regulação e Acesso desta Superintendência Regional de Saúde, para qualquer mudança na sua configuração e comunicando até o quinto (5º) dia do mês anterior quaisquer alterações previsíveis na agenda do mês subsequente, garantindo o atendimento caso já existam agendas marcadas.

17.5. A **Contratada** deverá comunicar imediatamente sobre qualquer situação imprevisível que cause alterações temporárias e imediatas de capacidade instalada e, conseqüentemente, da oferta de serviços em qualquer das Unidades Executantes, seja de caráter humano ou material, de forma a providenciar o afastamento dos profissionais responsáveis pelas agendas que estiverem impedidas, evitando assim problemas no fluxo de encaminhamento. Esta informação deve ser feita de forma imediata, por e-mail ou telefone ao usuário, às Centrais Municipais de Regulação de residência do paciente, bem como, à Central de Regulação Estadual.

17.6. A **Contratada** deverá registrar todos os usuários atendidos, devendo manter atualizadas as "confirmações" no Sistema de Regulação Vigente (atualmente – MV SOUL) diariamente ou ao fim de cada semana de atendimento. A confirmação da prestação de serviço pela Contratada somente deverá ocorrer após a realização efetiva do atendimento, vez que poderá ocorrer interrupção na realização do exame no dia agendado, por motivos diversos, inclusive inerentes às condições físicas e psíquicas do próprio paciente.

17.7. A **Contratada** deverá indicar profissional (gestor) com representatividade para o referido contrato e comunicar oficialmente ao Núcleo de Regulação e Acesso da Superintendência Regional de Saúde. Este profissional deverá participar dos treinamentos e atualizações que se fizerem necessárias para o bom desempenho do serviço.



17.7.1. O profissional de referência indicado pela **Contratada** para o contrato em questão será cadastrado no Sistema de Regulação Vigente recebendo seu respectivo LOGIN e SENHA. Esses profissionais serão responsáveis por: inserir as agendas no sistema, verificar diariamente a agenda relacionada ao seu serviço no sistema utilizado, atualizar os avisos de atendimento aos usuários e/ou unidades solicitantes municipais (centrais municipais de regulação) pertinentes à realização adequada do exame; atualizar as “confirmações” do sistema.

17.8 A **Contratada** deverá conferir as documentações necessárias para realização do exame, sendo: Chave de confirmação emitida pelo sistema utilizado (quando houver); Boletim de produção ambulatorial (individualizado) – BPA-I original (ou registro utilizado pela SESA), datado, carimbado e assinado pelo médico assistente; cópia do Cartão Nacional do SUS; cópia da documentação de identidade e cópia do comprovante de residência.

17.9 A não observância pela **Contratada**, da documentação necessária mencionada no item 17.8, poderá implicar em **NÃO PAGAMENTO** da prestação dos serviços realizados.

17.10 Durante a execução dos serviços a **Contratada** estará sujeita à supervisão, pela **Contratante**, por meio de equipe composta por profissionais de saúde, sempre que considerar necessário.

17.11 A **Contratada** deverá cumprir imediatamente e sem embaraço, após o comunicado, às ordens judiciais expedidas em desfavor da SESA, assegurando a emissão de laudos e declarações de cumprimento por parte dos profissionais de saúde sob sua gerência, conforme os prazos solicitados pela autoridade judicial, e bem como assumir as eventuais despesas com multas que forem geradas por atrasos ou descumprimentos a que de causar direta.

18. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 Os Serviços de Exames Especializados objeto deste Termo de Referência, independentemente da localização da sede da **Contratada**, deverão ser executados nos municípios localizados na Região Administrativa Central da Região Central-Norte de Saúde (PDR2020) do Estado do Espírito Santo, podendo ser prestado nas instalações das entidades credenciadas ou por conveniência da administração, caso for mais proveitoso para o interesse público, dentro de instalação própria do poder público, nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 907, de 26 de abril de 2019.

18.2 Caso não haja na região, mediante critérios estipulados no item 18.1, **nenhum** prestador interessado em participar, o quantitativo de exames estimado para este território



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

será realocado nas regiões de saúde onde existe serviço respeitando o limite razoável de deslocamento dos pacientes de 160 km a partir da sede desta Superintendência Regional de Saúde de Colatina.

Colatina, 09 de junho de 2021.

Equipe responsável:

Liliane Mery Marim Cazelli Simonassi
Chefe do Núcleo de Regulação e Acesso/SRSC

Bruna Tozê Goronci
Enfermeira - Núcleo de Regulação e Acesso/SRSC

Aprovação:

Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a autuação de processo, após devolver ao setor demandante para demais providências.

Maricélis Caetano Engelhardt
Superintendente Regional de Saúde de Colatina/SRSC



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO OBJETO

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO CREDENCIADO

I DA PERSONALIDADE JURÍDICA DAS CREDENCIADAS

A pessoa jurídica credenciada para prestação do exame Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET-CT) deverá ser Entidade Filantrópica, privada com ou sem fins lucrativos já vinculados ou não ao SUS.

II DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

II.1 A prestação de serviços de Tomografia por Emissão de Pósitrons – PET CT deverá atender à demanda dos 15 (quinze) municípios que compõem administrativamente a Região Central da Região Central-Norte de Saúde, sendo contratados de acordo com a necessidade e disponibilidade de crédito orçamentário e financeiro, reguladas pelo Núcleo de Regulação de Acesso (NRA) da Superintendência Regional de Saúde Colatina.

II.2 Os estabelecimentos deverão obedecer a todos os critérios estabelecidos nas legislações vigentes.